

O papel da contabilidade na captação de recursos nas instituições financeiras

Denner Lúcio Rodrigues de Souza
Igor Johannes Rad Fonseca
Marleide Cerqueira de Oliveira
Vagner Antônio Marques
Wellington Ricardo Alves

O presente artigo visa verificar empiricamente o papel da contabilidade no processo de captação de recursos por parte das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nas instituições financeiras. A pesquisa se classifica como exploratória quanto aos objetivos; de levantamento (*survey*) quanto aos procedimentos; e, como técnica de coleta de dados, utilizou-se o questionário. A amostra foi definida por conveniência sendo enviados questionários a 20 gerentes de contas corporativas de instituições públicas e privadas. Desses questionários 35% foram respondidos. Os resultados indicaram que existe uma convergência entre a literatura de finanças e contabilidade e o processo de análise das instituições financeiras, pois os respondentes afirmaram que o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício e a Demonstração dos Fluxos de Caixa são utilizados complementarmente ao processo de análise de crédito. As instituições usam ainda informações complementares, listagem de bens dos sócios, relação do faturamento etc. Essas demonstrações adicionais contribuem para a verificação de garantias e triangulação dos dados registrados na contabilidade. As limitações da amostra utilizada sugerem sua ampliação em pesquisas futuras, análise de homogeneidade entre instituições públicas e privadas e ainda a aplicação em praças diferentes, possibilitando assim verificar a consistência dos achados desta pesquisa, bem como sua convergência ao verificado na literatura de finanças e contabilidade.

Introdução

A contabilidade, objetivamente, disponibiliza um conjunto de informações aos usuários internos e externos com vistas a possibilitar a tomada de decisão (HENDRIKSEN e BREDA, 2007). Para Lopes (2007) existe um conjunto de evidências que indicam a relevância da informação contábil para o mercado de capitais. Hendriksen e Breda (2007) destacam que o principal usuário das informações contábeis é o investidor. Yamamoto e Salotti (2006, p. 5) afirmam que

a informação contábil pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa, e a partir de interpretações a utiliza na solução de problemas, sendo a natureza da informação contábil, entre outras, econômico-financeira, física e de produtividade.

Essa ênfase é destacada quando se discute o papel da chamada Contabilidade Financeira, aquela que responde pelo processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação das informações contábeis aos usuários externos. Jiambalvo (2009, p. 2) destaca que “a contabilidade financeira enfatiza conceitos, procedimentos relacionados com a preparação de relatórios para usuários externos das informações contábeis”.

No âmbito interno, uma área distinta (porém complementar) da contabilidade responde pela elaboração e evidenciação das divulgações das informações contábeis sob o ponto de vista dos gestores (usuários internos), incluindo informações financeiras e não financeiras. Essa área é denominada Contabilidade Gerencial.

O desenvolvimento da Contabilidade Gerencial se deu, sobretudo, a partir da Revolução Industrial. Segundo Johnson e Kaplan (1993), antes dessa fase histórica, as empresas realizavam transações simples e geralmente eram administradas pelos próprios proprietários tendo como principal preocupação a venda em quantidade superior às contas assumidas com fornecedores, os gastos com mão de obra e matéria-prima. Quando os processos produtivos se tornaram mais complexos, principalmente com o aumento dos chamados custos indiretos em decorrência da utilização das máquinas no processo de produção, a demanda por informações que possibilitassem uma decisão mais assertiva se intensificou.

As PMEs usualmente utilizam rudimentos da chamada Contabilidade Gerencial, isso porque, geralmente, não apresentam sistemas de contabilidade organizados

e atualizados (KASSAI, 1997). Diante disso, administram com base em informações de sistemas ou, mais apropriadamente, um conjunto de informações de natureza gerencial.

Essa gestão a partir de sistemas não formais de contabilidade pode dificultar, entre outros aspectos, o acesso a linhas formais de crédito (Kassai, 1997) e, conforme dados do SEBRAE (2000), esse fator constitui um dos potencializadores da estagnação e fechamento das PMEs.

As PMEs, como instrumento gerador de emprego e renda, tanto no cenário nacional quanto internacional, constituem-se de parte significativa da produção nacional (DOVING, 2004; HOLMES E ZIMMER, 1994; HARVIE, HOLMES e GIBSON, 2001; SEBRAE, 2004; OLIVEIRA, 2003; KASSAI, 1997).

Desse modo o presente trabalho visa verificar empiricamente qual o papel da contabilidade no processo de análise para concessão de crédito às PMEs. Pesquisas dessa natureza se justificam pela relevância das PMEs para o cenário econômico e, nesse sentido, compreender os mecanismos que potencializam o crescimento das mesmas é indispensável, haja vista que o índice de mortalidade nos dois primeiros anos é alto, e um dos fatores mencionados pelos respondentes é a escassez de crédito (SEBRAE, 2004).

O trabalho divide-se em cinco partes, a saber: (i) a introdução, em que se faz uma contextualização sobre o tema, definição do problema e justificativa do tema; (ii) o referencial teórico, que consiste no corpo teórico e/ou conceitual que sustentam as análises e considerações finais acerca do tema; (iii) os procedimentos metodológicos, que descrevem como foi conduzida a pesquisa; (iv) a análise dos dados, que apresenta os achados da pesquisa; e (v) as considerações finais nas quais se apresenta uma análise geral sobre o tema e achados da pesquisa, além de sugestões para pesquisas futuras.

Referencial Teórico

Os objetivos da Contabilidade

A contabilidade tem se desenvolvido ao longo do tempo em função das diversas evoluções sociais, econômicas e científicas tendo

como objetivo principal fornecer informações aos diversos usuários, sobretudo aos investidores (HENDRIKSEN e BREDA, 2007).

Desde o surgimento da necessidade de controle dos recursos de subsistência, os indivíduos desenvolveram mecanismos (linguagem) que os possibilitassem conhecer a natureza e a quantidade dos meios necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento. A partir da organização das sociedades, do surgimento do mercantilismo, e posteriormente do capitalismo, a contabilidade ganhou relevância como ferramenta de controle e monitoramento interno e externo (SCHMIDT e SANTOS, 1996).

Para Ludícibus (1998, p. 21) o papel do capitalismo foi essencial para o desenvolvimento da contabilidade ao afirmar que

O desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial.

A partir desse desenvolvimento como mecanismo de controle, notadamente após a Revolução Industrial, que representou um marco para o capitalismo (Kaplan e Norton, 1996), a contabilidade se tornou ferramenta essencial para a tomada de decisão, evidenciando aos seus usuários a situação patrimonial da organização. Observa-se que os objetivos da contabilidade são de grande importância para o processo de gestão (interna ou externa), pois fornece as informações necessárias aos seus usuários, expondo a situação econômico-financeira da entidade.

Para Ludícibus (1995, p. 21) "o objetivo básico da contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais".

Segundo Fipecafi (2000, p. 33):

O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma Entidade parti-

cularizada busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da Entidade e suas mutações.

Szuster *et al.* (2009, p. 17) definem a Contabilidade como uma "ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades".

Crepaldi (1995) complementa que a contabilidade tem como finalidade o controle patrimonial, a apuração do resultado econômico e também fornecer informações aos diversos usuários.

Destaca-se que, fundamentalmente, a contabilidade possui como objetivo o fornecimento de informações aos diversos usuários (HENDRIKSEN, 2007; STINCKEY e WEIL, 2008; WEYGANT, KIESO e KIMMEL, 2005).

Essas informações são elaboradas e apresentadas sob duas perspectivas: a dos usuários externos e a dos usuários internos. Aos usuários externos, representados prioritariamente pelos acionistas (Hendriksen, 2007), a Contabilidade Financeira divulga ao menos anualmente (Penman, 2001) as demonstrações contábeis elaboradas a partir dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, no Brasil denominados atualmente, após a Lei 11.638/07, de estrutura conceitual de contabilidade. Tais informações são utilizadas por esses usuários, que geralmente se concentram na rentabilidade e relacionam essas informações com o valor pago quando da aquisição das ações, visando responder a questões como aquelas ligadas ao valor da firma. Na perspectiva da Contabilidade Gerencial, as demonstrações contábeis têm como foco os usuários internos. Jiambalvo (2009) destaca que a Contabilidade Gerencial:

- É direcionada aos usuários internos.
- Pode desviar-se dos Princípios de Contabilidade.
- Apresenta informações mais detalhadas.
- Pode apresentar informações não monetárias.
- Dá maior ênfase ao futuro.

Nessa perspectiva incluem-se os dados monetários e não monetários (JIAMBALVO, 2009; ATKINSON *et al.*, 2008; WARREN, REEVES e FESS, 2008). A literatura sobre Contabilidade Gerencial destaca, geralmente, informações sobre custos e o impacto no processo decisório, incluindo a chamada análise financeira. Normalmente, a análise financeira foca os investidores e analistas (Penman, 2001), podendo, porém, ser utilizada no âmbito interno pela Contabilidade Gerencial, realizando os ajustes cabíveis de forma a melhorar a qualidade das informações distorcidas pelos *accruals*, custos históricos e outros critérios utilizados pela Contabilidade Financeira (PENMAN e ZHANG, 1999; PENMAN, 2002).

Pequenas e médias empresas (PMEs)

As PMEs são definidas como as empresas de menor porte com restrições acentuadas nos fatores de produção, faturamento, entre outras. Holmes e Zimmer (1994) ressaltam que não existe uma definição universal acerca desse conceito e, nessa medida, Holmes e Zimmer (1994, p. 98) explicam que “fatores como não separação entre propriedade e controle, quota de participação no mercado pequena e definições quantitativas como o número de empregados são frequentemente utilizados para tal definição”. Harvie (2004, p. 2) corrobora as divergências conceituais no âmbito asiático, e destaca que

uma série de indicadores tradicionalmente utilizados para a definição de PME são: número de empregados, capital investido, montante total de ativos, volume de vendas e capacidade de produção. O indicador mais comumente utilizado, entretanto, é o número de empregados.¹

No Brasil, os fatores mais utilizados são o faturamento (sobretudo em função da definição exposta pela legislação do Simples Nacional) em que se classificam como PMEs aquelas que faturam até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) por ano, e também o número de empregados. O Quadro 1 apresenta o critério definido para a classificação atribuída em função do número de empregados.

Enquadramento	Nº de empregados		Receita bruta anual
	Indústria	Comércio/ Serviços	
ME = microempresas	Até 19	Até 9	Menor ou igual a R\$1,2 milhão
PE = pequena empresa	De 20 a 99	De 10 a 49	Maior que R\$1,2 milhão e menor ou igual a R\$10,5 milhões
MDE = média empresa	De 100 a 499	De 50 a 99	Maior que R\$10,5 milhões e menor ou igual a R\$60 milhões
GE = grande empresa	Acima de 500	Acima de 100	Maior que R\$60 milhões

Quadro 1 – Enquadramento das empresas para registro nas juntas comerciais brasileiras segundo o nº. de empregados/receita anual

Fonte: SEBRAE (2004)

O conceito estabelecido na Lei 9.317, de 05/12/96 (alterada pela Lei Complementar 123/06), usado pelas juntas comerciais para registro de empresas, é mostrado no Quadro 1.

As MPes em todo o mundo representam parte significativa da geração de emprego e renda. Dados do SEBRAE de 2006 evidenciam que 98% das empresas brasileiras se enquadravam neste porte e que estas representavam 20% do PIB – Produto Interno Bruto – empregando 45% da força de trabalho formalizada no País. No ambiente europeu, Doving *et al.* (2004) enfatizam que as PMEs (empresas com até 250 empregados) representam 66% dos empregos gerados e 65% do volume de negócios na União Europeia. Na Austrália, Holmes e Gibson (2001) citam que as PMEs desempenham papel importante na economia e na geração de emprego.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2000 *apud* OLIVEIRA, 2003), a maioria das PMEs pertence ao setor de serviços e ao comércio varejista, o que corresponde a 2/3 das atividades econômicas e da geração de empregos nos países a ela afiliados.

Para Bortoli (1980 *apud* OLIVEIRA, 2003), as PMEs pertencem normalmente a um indivíduo, a grupos familiares ou a pequenas sociedades comerciais.

Geralmente, não recorrem ao mercado de capitais, possuem um tipo de administração pouco especializada e são muito ligadas às características e à personalidade de seus proprietários, como talento, sensibilidade, vontade de realização, entre outras.

Oliveira (2003) elencou as principais características das PMEs conforme Quadro 2. Tais características foram apontadas por vários pesquisadores no Brasil e no exterior. Verificou-se grande semelhança entre elas nos diferentes contextos.

A agilidade, flexibilidade e estrutura enxuta permitem que as PMEs se adaptem mais facilmente às mudanças mercadológicas do que as grandes empresas. Além disso, as empresas de pequeno e médio porte realizam grandes trocas com os participantes dos mercados e na política de preços, além de serem fontes de inovação. Pode-se dizer que as PMEs promovem o desenvolvimento econômico de uma sociedade, que por uma questão natural tende ao crescimento. Elas possuem algumas qualidades que contribuem excepcionalmente para a diminuição da pobreza, da marginalidade, das desigualdades sociais e da concentração de renda. Além disso, oferecem oportunidades de emprego, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência (QUEIROZ 2002 *apud* LACERDA, 2003).

Características	Vantagens	Desvantagens
Ambiente Externo	Reagem rapidamente ao mercado devido à estrutura simples e agilidade (LA ROVERE, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)	Falta de informações sobre o ambiente externo, oportunidades e ameaças. Dificuldade de acesso à tecnologia. Maior propensão de risco (OCDE, 2000; CARMO; PONTES, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)
Gestão e estrutura	Ausência de burocracia, ciclo decisório curto, estrutura informal (LA ROVERE, 1999; ALVIN, 1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)	Processo de produção se dá de forma empírica. (ALVIN, 1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003) Processo decisório dá pouca atenção ao ambiente externo (CARMO; PONTES, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003).
Ambiente Interno	Sistema de comunicação informal e eficiente. (ALVIN, 1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003) Adaptação mais rápida às mudanças externas (LA ROVERE, 1999; CARMO; PONTES, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)	Pouco controle de recursos físicos e informacionais. Ausência de divisão e limitação de atribuições funcionais. (CARMO; PONTES, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003).
Recursos Humanos	Fortalecimento da relação direção-propriedade, pois os proprietários assumem várias atribuições simultâneas (CRAGG; ZINNATELLI, 1995; BORTOLI, 1980 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)	Falta pessoal especializado para atender a todas as necessidades internas (ALVIN, 1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003).
Recursos Financeiros	Não mencionados	Escassos, ausência de capital de risco. Maior sensibilidade aos ciclos econômicos devido às condições de crédito pouco favoráveis. (LA ROVERE, 1999; CRAGG; ZINNATELLI, 1995; FINK, 1998 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003).
Crescimento	A agilidade, flexibilidade, relação próxima com os clientes são apontadas como fatores potenciais para o crescimento, através da inovação e da difusão de novas tecnologias. (COUTINHO; FERRAZ, 1994; LA ROVERE, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003)	Estagnado. Dificuldade de capital para expansão no Brasil. (ALVIN, 1998 <i>apud</i> MARLENE, 2003). Lideranças com pouca experiência para lidar com situações mais complexas. (CARMO; PONTES, 1999 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2003).

Quadro 2 – Características das pequenas e médias empresas

Fonte: Oliveira (2003)

Observa-se que, tanto no ambiente nacional quanto internacional, as PMEs possuem posição de destaque no cenário econômico contribuindo, sobretudo, para a geração de emprego e renda.

Os desafios e as dificuldades de acesso ao crédito encontrados pelas PMEs

Apesar dos esforços para a manutenção e desenvolvimento das PMEs, ainda é baixa

a taxa de sobrevivência dessas organizações. Essa taxa cai mais nos primeiros anos de existência devido às maiores dificuldades encontradas.

Segundo Lacerda (2003) dois tipos de fatores restringem o crescimento das PMEs: (i) intrínsecos, e (ii) extrínsecos. Os primeiros referem-se a fatores internos, pessoal, equipamentos, cultura organizacional, sendo controláveis por parte dos gestores e proporcionando pontos fortes e fracos. Os segundos referem-se a fatores incontroláveis que geram ameaças às empresas. Como exemplo de fatores extrínsecos, pode-se citar a dificuldade de acesso ao crédito, elevada carga tributária, burocracia excessiva, falta de mão de obra especializada e instabilidade econômica.

Segundo Kassai (1997) as dificuldades que as PMEs encontram para captar dinheiro nas instituições financeiras se concentram nas elevadas taxas de juros e na inexistência de um conjunto de informações contábeis que possibilite às instituições a análise da situação econômica e financeira da empresa. Quanto ao benefício das informações contábeis o autor complementa: "... obviamente, também servirá para minimizar o custo desse capital, pois é diretamente proporcional ao nível de risco identificado nas análises".

Para Lacerda (2003), as instituições financeiras adotam políticas que dificultam a disponibilidade de crédito para as PMEs tornando-se meros repassadores de capital às empresas com melhor situação econômica e que podem, conseqüentemente, oferecer garantias mais sólidas para a obtenção do dinheiro emprestado.

Segundo o SEBRAE (2004) os grandes bancos relutam em administrar créditos pulverizados destinados aos empreendedores das PMEs, alegando altos custos administrativos. No Brasil, o volume de crédito aos pequenos empreendimentos alcança apenas 52% do PIB, valor significativamente baixo quando comparado ao cenário internacional.

Observando a necessidade das PMEs quanto à contabilidade, pode-se verificar que o papel da Contabilidade Gerencial ressurgiu com a discussão sobre o novo perfil do contabilista (KAPLAN e JOHNSON, 1993). O contador gerencial, capaz de suprir

as necessidades de informação dos empresários e não apenas as necessidades de informação dos vários níveis do governo. Nesse sentido, a decisão de implantar a Contabilidade Gerencial na empresa trará uma infinidade de ferramentas gerenciais que auxiliarão o empresário na gestão financeira da instituição e, além disso, suprirão a necessidade de uma contabilidade devidamente estruturada facilitando o acesso ao crédito nas instituições financeiras.

Entre essas ferramentas gerenciais, podemos citar o Balanço Patrimonial, que é assim conceituado por Ludicibus (1998, p. 132):

O Balanço é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, dentro de determinados critérios de avaliação. (...) A grande importância do Balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa (Ativos) e quantos desses recursos são devidos a terceiros (Passivos). Isso evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido) e outras análises a serem vistas no apêndice sobre Análise de Balanços.

Observando as definições de Ludicibus (1998), podemos perceber que o Balanço Patrimonial é de grande importância para que as instituições financeiras concedam o crédito às empresas de modo geral, principalmente às PMEs, que precisam comprovar, através do Balanço Patrimonial, que são merecedoras da credibilidade das instituições financeiras.

Por fim, pode-se afirmar que as demonstrações contábeis são de significativa importância para a análise de crédito, uma vez que fornecem as informações necessárias às instituições financeiras.

Espírito Santo (2003) destaca que a informação contábil deve estar revestida de maior caráter preditivo, para que seus usuários, incluindo os analistas de crédito, possam estar mais seguros em suas tomadas de decisão, que em crédito estão estritamente relacionadas ao risco de inadimplência futura. Portanto, é importante

que as Ciências Contábeis caminhem para que seja vislumbrado o risco de cada ativo da empresa.

Procedimentos Metodológicos

Classificação da pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória quanto aos objetivos por identificar evidências empíricas sobre o papel da contabilidade na captação de recursos às PMEs. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63) conceituam as pesquisas exploratórias como aquelas que “têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas idéias”. Recomenda-se esse tipo de pesquisa para temas pouco estudados, ou quando há poucos estudos sobre o assunto (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007).

Quanto aos procedimentos, a presente pesquisa se classifica como de levantamento (*survey*), pois visa verificar com as instituições financeiras quais as informações contábeis mais relevantes para a decisão de conceder ou não o crédito. Desse modo, traz aos tomadores de empréstimos as informações sobre como a contabilidade os auxiliará na captação de recursos nas instituições financeiras. Segundo Almeida e Botelho (2006, p. 94), “o levantamento apresenta vantagens pela sua aplicação simples e pela obtenção de dados confiáveis porque as respostas são limitadas às alternativas mencionadas”.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se questionário estruturado e semiestruturado com questões que respondem ao problema da pesquisa. Segundo Vieira (2009, p. 15), “o questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”. Para Vergara (2009, p. 39), “é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”.

Vergara (2009) afirma ainda que os questionários são úteis quando se pretende ter uma amostra representativa, quando se quer fazer um levantamento (*survey*) e quando se deseja proceder a uma pesquisa quantitativa (não excluindo a qualitativa).

Definição da amostra

A definição da amostra constitui-se em elemento relevante na definição da amplitude e generalizações sobre um determinado fenômeno, e nem todos os tipos de amostragem possibilitam fazer estimativas válidas acerca da população (MEGLIORINI, 2008). Oliveira (2004, p. 13) afirma que “o tamanho da amostra deve garantir a precisão desejada para os resultados, enquanto que sua seleção deve se processar de tal forma que assegure a máxima representatividade em relação à população”. Dois tipos de amostragens são destacados pela literatura (Oliveira, 2008; Megliorini, 2008; Smailes e Mcgrane, 2007): a probabilística e a não probabilística. Enquanto a primeira possibilita a inferência estatística, a segunda, dadas as suas restrições, é aplicada comumente a pesquisas com base em análises qualitativas e/ou que se fundamentam na estatística descritiva.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se uma amostra não probabilística por conveniência (MEGLIORINI, 2008). Os questionários foram enviados por e-mail aos gerentes corporativos de 20 instituições financeiras públicas e privadas localizadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana no período de 01/11/2009 a 27/11/2009.

Dos questionários enviados 35% foram respondidos pelos gerentes de contas de pessoas jurídicas nas respectivas instituições.

Análise dos dados

A partir dos dados obtidos verificou-se que a participação das pequenas e médias empresas na captação de crédito é maior do que as empresas consideradas de maior porte, haja vista que, conforme os respondentes, o total de PMEs que buscam recursos nas instituições pesquisadas representa de 61% a 80% do total de solicitações conforme Gráfico 1.

Verificou-se ainda que as demonstrações contábeis são utilizadas no processo de análise de crédito como remete a literatura pesquisada (HENDRIKSEN, 2007; STINCKEY e WEIL, 2008; WEYGANT, KIESO e KIMMEL, 2005; PENMAN, 2001; PENMAN e ZHANG, 1999; PENMAN, 2002; KASSAI, 1997). O Balanço Patrimonial e a

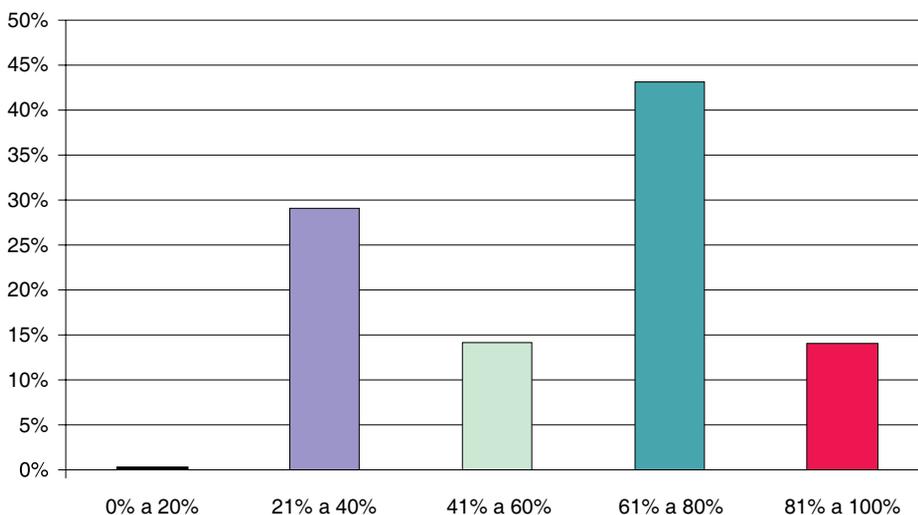


Gráfico 1: Percentual de PMEs no total de pedidos de concessão de créditos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Demonstração de Resultado apresentaram, conforme Gráfico 2, percentuais de 27% e 26%, respectivamente, o que demonstra uma convergência à literatura sobretudo de Contabilidade Financeira reforçando o papel das demonstrações contábeis. Outra demonstração que se apresentou como utilizada no processo de análise de crédito foi a referente aos fluxos de caixa,

a qual evidencia a geração de recursos monetários 'líquidos' decorrentes das operações, financiamentos e investimentos. Devido a sua natureza de evidenciar a capacidade de geração de dinheiro (caixa), sua utilização também é reforçada na literatura de Contabilidade Financeira como mencionado anteriormente. Os gerentes também destacaram a utilização

de relatórios auxiliares, relação de faturamento, listagem de bens dos sócios etc. Esses relatórios ou demonstrações visam complementar informações prestadas pela contabilidade possibilitando inclusive a verificação da capacidade de garantias no caso da listagem de bens dos sócios e/ou da triangulação das informações registradas na contabilidade.

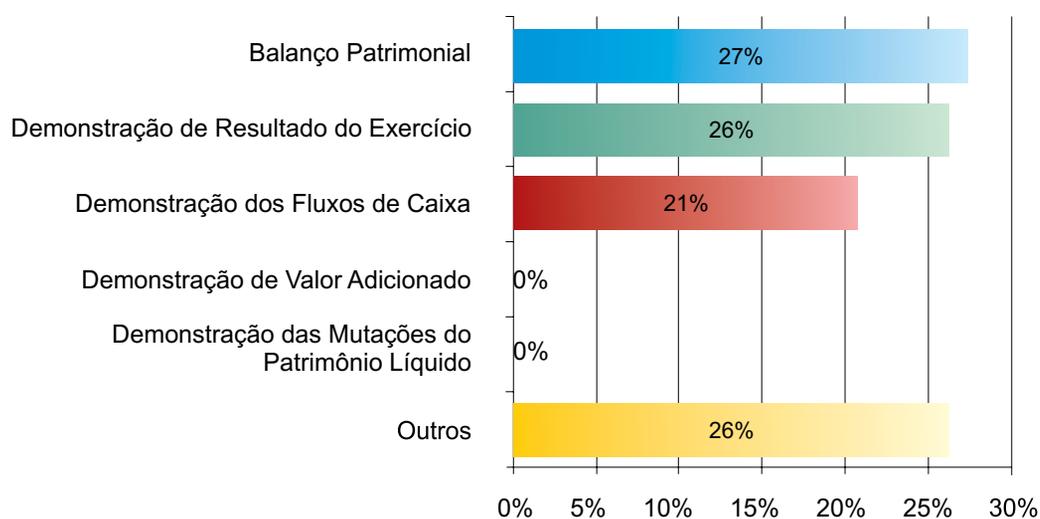


Gráfico 2: Demonstrações contábeis utilizadas no processo de análise de crédito.

Fonte: elaborado pelos autores.

Acompanhando as exigências sobre o processo de análise e aprovação de crédito buscou-se também verificar empiricamente quais as linhas de crédito mais requeridas pelas PMEs e sua expressividade quanto à solicitação. Para verificar essa questão, foi utilizada uma pergunta com escala *likert*, que variava de 'raramente a sempre'. Observou-se que as linhas de crédito para cobertura de capital de giro foram as que obtiveram maior peso sendo mencionadas por 43% das organizações pesquisadas como uma modalidade que é sempre solicitada.

Nesse sentido, alguns programas de incentivo são criados a partir das necessidades mais iminentes no País, como programas de exportação voltados para as PMEs conforme mencionado por Souza (2000). Segundo ele, as empresas com até 100 empregados responderam por cerca de 30% do volume de exportações em 1996, mas por apenas 6% do valor exportado no mesmo ano. Em 1999, as empresas com até 500 empregados representavam 92,8% do total de empresas exportadoras e respondiam por apenas 42,2% das exportações (CALAIS, 2000). O governo brasileiro vem desenvolvendo alguns programas de fomento às exportações de PMEs que integram o conjunto de iniciativas visando equilibrar a balança comercial. O Quadro 3 resume os principais objetivos e instrumentos desses programas.

Apesar do esforço para o fomento à exportação, o resultado dos programas listados é modesto já que os gastos com eles

também são elevados e o mercado externo promove a fidelidade às grandes empresas.

Observando a necessidade das PMEs, esses programas contribuem pouco. Isso se deve não apenas às dificuldades que as PMEs brasileiras têm em identificar oportunidades de negócio no exterior, como ao fato de que o foco desses programas não está voltado para a competitividade das empresas, e sim para a melhoria da situação externa do País. Além disso, as pequenas empresas têm dificuldades de penetração em mercados como o europeu, em que 70% das vendas são controladas por grandes empresas europeias (CHADE, 2000). Cabe observar também que a política de apoio às exportações das PMEs não está integrada em uma política de inovação dirigida a essas empresas. A integração das duas políticas é fundamental devido ao perfil das exportações das PMEs brasileiras, calcado em bens de baixa e média intensidade tecnológica (CARVALHO JR. e NASSIF, 1998). A importância de uma política de inovação dirigida às PMEs fica evidente ao considerarmos que as possibilidades de crescimento dessas empresas estão relacionadas ao seu sistema de conhecimento. Entretanto, existem dificuldades na implementação de uma política de inovação eficaz destinada às PMEs.

Tais fatores influenciam diretamente no desenvolvimento das PMEs, com as informações evidenciando também a falta de uma contabilidade consistente nesse nível de empresas. Sobre a perspectiva de crédito, ficou claro na pesquisa que as garantias exigidas pelas concessionárias de crédito são

as de recebimento, tendo em vista o índice de liquidez ter sido unânime nas instituições pesquisadas.

Considerações finais

O presente artigo teve o objetivo de verificar empiricamente o papel da contabilidade na captação de recursos nas instituições financeiras de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Observou-se que as demonstrações contábeis são um conjunto de informações representativas no processo de captação de crédito. O Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa são complementarmente úteis ao processo, pois cada qual com sua informação específica possibilita aos analistas compreenderem a situação patrimonial, econômica e financeira da companhia. Esse resultado corrobora o mencionado por pesquisas anteriores que destacam a importância da contabilidade no processo decisório dos diversos usuários, entre eles as instituições financeiras. Apesar disso, as DVAs e a DMPL não são utilizadas, e essa inutilização das respectivas demonstrações é coerente sob o ponto de vista dos analistas, porque enquanto a DVA evidencia a relação da empresa com o ambiente externo no que diz respeito à geração e distribuição de riqueza, a segunda destaca as movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido. Considerando o interesse da instituição, que é emprestar e

Programa	Objetivos	Instrumentos
Novos Polos de Exportação	Engajar PMEs no comércio exterior	Apoio a 23 setores selecionados
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade	Facilitar os acessos das empresas ao crédito para exportação	Bancos credenciados pelo BNDES contratam operações de financiamento com risco compartilhado
Agência de Promoção às Exportações	Estimular vendas e participação em feiras no exterior	Financia até 50% de projetos de capacitação gerencial, treinamento, ISO 9000, absorção de tecnologia
Programas de Geração de Negócios Internacionais	Apoiar empresas com situação econômico-financeira favorável a expandir seus negócios no exterior	Consultoria fornecida pelos Gerentes de Negócios Internacionais do Banco do Brasil

Quadro 3 – Programas de apoio às exportações das PMEs.

Fonte: Souza (2000).

receber o principal e juros da operação, as demonstrações mencionadas anteriormente atendem satisfatoriamente à análise.

Verificou-se também que o volume de pedidos de concessão de crédito pelas PMEs representa de 61% a 80% do total de solicitações, o que demonstra alta demanda conforme mencionado por Kassai (1997). Nesse sentido, considerando o volume de pedidos pelas PMEs e o indício de que as Demonstrações Contábeis facilitam o processo de análise de crédito (Kassai, 1997), a implementação e a utilização de um sistema de contabilidade regular e atualizada é essencial para a prospecção de recursos que possibilitem a ampliação dos negócios. Para Lacerda (2003), a partir do momento em que existe uma contabilidade devidamente estruturada, a empresa poderá apresentar com maior segurança sua situação patrimonial, tornando mais fácil a concessão do crédito.

Sabe-se que outras variáveis possuem papel relevante na captação de recursos nas instituições financeiras. Levie (2001) elenca, entre outros fatores, o caráter do tomador, produto, setor econômico, mas essas informações são complementares às prestadas pelas demonstrações contábeis.

Mesmo encontrando dificuldades de acesso ao crédito, essas podem ser minimizadas ao se apresentar um conjunto de informações econômicas, financeiras e patrimoniais consistentes, podendo-se mencionar, entre elas, os indicadores de liquidez. Todos os respondentes afirmaram que, a partir da análise desses, a instituição busca dar maior segurança ao processo de concessão de crédito.

Como mencionado na metodologia, a amostra utilizada não nos possibilita generalizações. Entretanto, os resultados indicam haver indícios de que as demonstrações são realmente utilizadas no processo de concessão de créditos conforme preconiza a literatura de contabilidade e finanças.

Dadas as limitações apresentadas, sugere-se a ampliação da amostra, a análise de homogeneidade entre instituições públicas e privadas e ainda a aplicação em praças diferentes, possibilitando, desse modo, verificar a consistência dos achados desta pesquisa conforme os pressupostos elencados por Popper (2007). ■



Denner Lúcio Rodrigues de Souza – Aluno do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira da Faculdade Pitágoras/MG.



Igor Johannes Rad Fonseca – Aluno do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira da Faculdade Pitágoras/MG.



Marleide Cerqueira de Oliveira – Coordenadora do Curso de Gestão Financeira da Faculdade Pitágoras, Mestranda em Ciências Contábeis pela UFGM, Pós-graduada (Lato Sensu) em Finanças Avançadas pela FGV/RJ.



Wagner Antônio Marques – Contador, Professor no curso de Administração do CEFET/MG. Mestrando em Ciências Contábeis pela UFGM. Pós-graduação (Lato Sensu) em Gestão de Negócios pelo IBMEQ/MG. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC Minas. Membro do Grupo de Trabalho do CRCMG sobre Empresas Contábeis.



Wellington Ricardo Alves – Aluno do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira da Faculdade Pitágoras/MG.

1 Tradução livre dos autores: “A number of indexes are traditionally utilized to define SMEs: number of employees; invested capital; total amount of assets; sales volume; and production capability. The most commonly used index, however, is the number of employees.”

Referências

- ALMEIDA, Alda Rosana; BOTELHO, Delane. Construção de Questionários. In: BOTELHO, Delane; ZOUANI, Deborah Moraes (Org.). **Pesquisa quantitativa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 90-108.
- ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade Gerencial**. Trad. André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro, revisão técnica Rubens Famá. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2006.

CALAIS, Alexandre. Bancos vão dar Crédito para as Pequenas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 3 de fevereiro de 2000.

CARVALHO JUNIOR, Mario C.; NASSIF, André L. **Desempenho exportador das pequenas e médias empresas brasileiras: 1990-1996**. Rio de Janeiro, FUNCEX, março de 1998.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHADE, Jamil. **Pequena Empresa Poderia Exportar Mais**. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 de maio de 2000.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Curso básico de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

DOVING, Erik *et al.* Small firm accountants as business advisers: accounting for the differences in their provision of business advisory services in Norway and Scotland. **SNF Working Paper** n. 11-2009, 2004. Disponível em <http://bora.nhh.no:8080/bitstream/2330/459/1/A11_04.pdf>. Acessado em 31/12/2009.

ESPIRITO SANTO, A. **Considerações sobre o papel das demonstrações contábeis no processo de estabelecimento de limite de crédito, como parte do processamento de pedidos: análise do caso Atofina Brasil**. Dissertação – Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 2003.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável às demais sociedades)**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HARVIE, C. East Asian SME Capacity Building, Competitiveness and Market Opportunities in a Global Economy, **Working Paper** 04-16, Department of Economics, University of Wollongong, 2004. Disponível em <<http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1101&context=commwkpapers>>. Acessado em 31/12/2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

HOLMES, Scott; GIBSON, Brian. The definition of Small Business. The University New Castle. **Final Report**, April 2001. Disponível em <http://www.acci.asn.au/text_files/issues_papers/Small_Business/SB%20Definition.pdf>. Acessado em 31/12/2009.

HOLMES, Scott; ZIMMER, Ian. The Nature of the Small Firm: Understanding the Motivations of Growth and Non-Growth Oriented Owners. **Australian Journal of Management**, 19, 1, June 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade Gerencial**. Trad. Antônio Artur de Souza, revisão técnica George S. Guerra Leone. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

JOHNSON, Thomas H.; KAPLAN, Robert S. **Contabilidade Gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campos, 1993.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Kaplan e Norton na prática**. Rio de Janeiro. Elsevier, Campus, 2004. 11. reimpressão.

KASSAI, S. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de Estudos Fipecafi**, São Paulo, Fipecafi, v. 9, n.15, p. 60-74, jan./jun. 1997.

LACERDA, Joabe Barbosa. **A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs): Necessidade e Aplicabilidade**. 2003. 38 f. Dissertação (Graduado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis de Caratinga (MG), 2003.

LEVIE, Jonathan. Convencendo o banqueiro preocupado. In: BYRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel (Org.). **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. p. 62-66.

LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eli-seu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEGLIORINI, Evandir. Amostragem. In: CORRAR, Luiz J.; THEOPHILO, Carlos Renato (Org.). **Pesquisa Operacional: para decisão em Contabilidade e Administração**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 19-74.

OLIVEIRA, Marlene. **A pequena e média empresa e a gestão da informação**. 16 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da

Informação) – Escola de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

OLIVEIRA, Paulo Henrique F. C. **Amostragem Básica: aplicação em auditoria com práticas em Microsoft Excel e ACL**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2004.

PENMAN, S. **Financial Statement Analysis and Security Valuation**. New York: McGraw- Hill Companies, 2001.

PENMAN, S.; ZHANG, X. Accounting Conservatism, Quality of Earnings, and Stock Returns. **The Accounting Review** 237-264, 1999.

PENMAN, S., The Quality of Financial Statements: Perspective from the Recent Stock Market Bubble. **The Accounting Review** 77 (2): 237-264, 2002.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007.

SCMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas, 1996. (Coleção resumos de contabilidade v.8)

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**: relatório de pesquisa. Brasília: SEBRAE, 2004.

SMAILES, Joanne; MCCRANE, Angela. **Estatística Aplicada à Administração com Excel**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Taynah L. **Programas de Incentivo às Exportações das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil a partir da Década de Noventa**. Monografia (bacharelado em Economia), IE/UFRJ, fevereiro de 2000.

STINCKEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. Trad. José Evaristo dos Santos. 1. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SZUSTER, Natan *et al.* **Contabilidade Geral: introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, Sylvia. **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação Contábil: Estudos sobre a sua Divulgação no Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

WARREN, Carl S; REEVES, James M; FEES, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. Trad. André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

WEYGANT, Jerry J.; KIESO, Donald E.; KIMMEL, Paul D. **Contabilidade Financeira**. Trad. Ezaide Carvalho Silva e José Luiz Paravato. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

Seller

Invista em crescimento

Software Integrado de Gestão Contábil

A Nasajon está entre as melhores empresas do setor de aplicativos pelo Anuário Informática Hoje e destaca-se como a melhor empresa do setor de serviços pela Fecomércio.

Faça como mais de 15 mil empresas em todo o Brasil.
Escolha sistemas Nasajon.

CONTABILIDADE - FOLHA DE PAGAMENTO - ESCRITA FISCAL - ESTOQUE - FATURAMENTO
CONTROLE FINANCEIRO - PROTOCOLO - AUTOMAÇÃO COMERCIAL - PDV - ACESSO REMOTO
RECURSOS HUMANOS - CONTROLE DE PONTO - GESTÃO FINANCEIRA



INFORMÁTICA HOJE
Uma das Melhores do
Setor de Aplicativos
2003/2004/2005
2007/2008/2009



REVISTA MELHOR
Fornecedor de
Confiança
2009



FECOMÉRCIO
Melhor Solução para
Gestão de Negócios
2008

CONDIÇÕES
ESPECIAIS PARA
CONTADORES

Em Belo Horizonte: (31) 2511-3527 • Outras localidades: 4003-9399

vendas@nasajon.com.br - www.nasajon.com.br



NASAJON
SISTEMAS

Software de Confiança